



**ACÓRDÃO Nº654/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12073/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Itamarati.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Roberto Eliardo Ferreira Mota (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1267/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itamarati. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Roberto Eliardo Ferreira Mota**, responsável pela Câmara Municipal de Itamarati, atinentes ao exercício financeiro de 2020, na forma do art. 22, II da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Roberto Eliardo Ferreira Mota** no valor total de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) com esteio no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, em razão das irregularidades (descumprimento do prazo de publicação do relatório de gestão fiscal referente ao primeiro e segundo semestre de 2020 e não inclusão dos Processos Licitatórios e Contratos Firmados no sistema e-Contas);  
**Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor total da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para



**ACÓRDÃO Nº654/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Recomendar** à atual gestão da Câmara Municipal de Itamarati, com fulcro no art. 40, VIII, da Constituição Estadual, que encaminhe tempestivamente, por meio do sistema e-Contas, os dados exigidos pela Lei Complementar nº 06/91, sob pena, em caso de descumprimento injustificado, de desaprovação de Contas vindouras;
- 10.4. Determinar** à futura Comissão de Inspeção do DICAMI que observe se a Câmara Municipal de Itamarati deu cumprimento ao saneamento das irregularidades apontadas na “Restrição 3 – Da Área de Pessoal”;
- 10.5. Dar ciência** do desfecho destes autos ao **Sr. Roberto Eliardo Ferreira Mota**.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral, em substituição